

MIGRAÇÃO RURAL - URBANA E POLÍTICA AGRÍCOLA

*Manoel Antonio de Almeida Monteiro **

REFERENCIAL

Na história brasileira verifica-se que nas regiões de melhores condições para a implantação de uma agricultura de exportação (cana, tabaco, algodão, café etc.), concentravam-se recursos materiais e humanos que eram redirecionados à medida que novas áreas iam sendo destinadas a esse tipo de agricultura.

A concentração de recursos em áreas de melhores condições para o desenvolvimento de uma agricultura de exportação provoca o surgimento de desigualdades que se constituem no principal determinante das migrações internas, particularmente da migração rural-urbana.

A diminuição da população rural nos países em desenvolvimento ocorre diferentemente daquela que se verifica ou verificou-se nos países desenvolvidos. Na América do Norte e na Europa Ocidental, os avanços tecnológicos e agronômicos na agricultura tornaram possível que uma população rural numericamente decrescente e em termos relativos bastante pequena, produzisse alimentos e fibras suficientes ao atendimento das necessidades da população, bem como de exportação, em seus respectivos países. A diminuição da população rural nos países desenvolvidos é consequência

de uma migração rural-urbana em que o contingente humano liberado é em grande parte, senão em sua totalidade, absorvido pelo setor urbano-industrial.

No Brasil, nas áreas "favorecidas", de concentração de recursos, a agricultura de exportação e a agroindústria viabilizaram o surgimento e o crescimento das grandes empresas agrícolas, com conseqüente concentração da posse da terra. A orientação para o mercado externo e ação do meio urbano-industrial sobre o rural resultaram em modificações profundas no sistema de produção: foram suprimidas determinadas linhas de exploração enquanto expandiram-se outras, intensificou-se a utilização do capital mesmo por pressão e para o atendimento das necessidades da indústria. Estabeleceu-se um tipo de produção que requer pouca mão-de-obra ou que a exige apenas sazonalmente.

Nas áreas empobrecidas ganha relevo o binômio latifúndio-minifúndio na explicação da miséria e do êxodo rural. O latifúndio por absorver parcela insignificante da mão-de-obra. O minifúndio sem capacidade de suporte de uma população que se multiplica gerando excedentes que forçosamente terão que migrar, isto quando não é anexado pelo latifúndio, migrando então todos os

seus ocupantes.

Nessas condições, nas áreas empobrecidas e "favorecidas", como resultado do mesmo processo que as geram, o fenômeno da migração rural-urbana pode ser observado, certo que em condições diferentes, porém pela mesma causa: o tipo de exploração da terra.

A migração rural-urbana pode provocar dois tipos de diminuição da população rural: a diminuição percentual (apesar de aumentar em número, a população rural torna-se percentualmente menor em relação à população total, já que se verifica um crescimento mais acelerado da população urbana), e a diminuição absoluta (a população rural torna-se numericamente menor com o decorrer do tempo).

NÚMEROS DA MIGRAÇÃO RURAL - URBANA NO BRASIL

No Quadro 1 a seguir, encontram-se os dados demonstrativos da evolução das populações urbana, rural e total, bem como as correspondentes variações relativas para o período 1940 - 2000.

A consulta aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos do

Brasil, de 1940 a 1970, permite a verificação de um crescimento absoluto da população rural ao lado de um decréscimo relativo, ao longo de todo o período. A chamada diminuição percentual.

Em 1980, pela primeira vez na história do Brasil, a população rural apresenta-se numericamente menor em relação a um censo anterior. Houve, assim, uma redução em números absolutos de 1970 para 1980. De 1980 para 1991 e de 1991 para 2000 o fato se repete. Assim, a partir de 1980, as variações relativas apresentam sinal negativo.

As variações relativas para a

população urbana são bem mais acentuadas que para a população total, enquanto que as variações relativas para o meio rural são bem menores. Já se percebe, evidentemente, que esses diferenciais nos acréscimos populacionais significam um processo de migração rural-urbana e bastante intenso.

De forma bastante simples, é possível calcular uma estimativa da migração rural-urbana, pelo método da projeção da população virtual. Apenas, por esse método, obtém-se uma subestimativa da migração porque assume como iguais as taxas de crescimento vegetativo das populações rural e

urbana, enquanto a taxa de crescimento para a população rural, na realidade, é maior. De qualquer forma, é suficiente para conhecer-se a dimensão do problema. Os dados resultantes desse método são apresentados no Quadro 2.

O auge da migração rural-urbana aconteceu no período 1970/1980. Mais de 100.000 pessoas a cada mês, durante dez anos, saíram do campo em direção às cidades. Imaginem-se as reações caso desaparecessem as populações de cidades com igual número de pessoas a cada mês no país. Mas a migração rural-urbana passa despercebida, o fenômeno é difuso por todas as regiões, um grande drama silencioso que não

Quadro 1 - População Urbana, Rural e Total, Brasil, 1940/2000.

Censos	População Urbana	População Rural		População Total
		N.º	%	
1940	12.880.182	28.356.133	68,8	41.236.315
1950	18.782.891	33.161.506	63,8	51.944.397
1960	32.004.817	38.987.526	54,9	70.992.343
1970	52.904.744	41.603.839	44,0	94.508.583
1980	82.013.375	39.137.198	32,3	121.150.573
1991	110.875.826	36.041.633	24,5	146.917.459
1996	123.082.167	33.997.406	21,6	157.079.573
2000	137.755.550	31.835.145	18,8	169.590.693

Variação Relativa				
40/50 (%)	45,83	16,95	—	25,97
50/60 (%)	70,39	17,57	—	36,67
60/70 (%)	65,30	26,71	—	33,12
70/80 (%)	55,02	-5,93	—	28,19
80/91 (%)	35,19	-7,91	—	21,27
91/96 (%)	11,01	-5,67	—	6,92
96/00 (%)	11,92	-6,36	—	7,96

FONTE: IBGE – Contagem da População, 1996 e Censo Demográfico de 2000.

Quadro 2 - Estimativa da Migração Rural-Urbana pela Projeção da População Virtual

Período	Estimativa da Migração	
	N.º	% ¹
1940/50	2.558.714	9,02
1950/60	6.334.304	19,10
1960/70	10.296.355	26,41
1970/80	14.194.763	34,12
1980/91	11.420.047	29,18
1991/96	4.538.308	12,59
1996/00	4.868.454	14,32

FONTE: IBGE – Contagem da População, 1996 e Censo Demográfico de 2000.

1 - Migração traduzida em percentual da população rural ao início do período.

desperta atenção para as origens mas apenas para as conseqüências que aparecem depois nas cidades.

Há muito o eixo do poder deslocou-se do campo para a cidade e, na visão simplista de muitos, as questões que afetam o campo deixaram de ser objeto de preocupação, quando não se tornaram incômodas por exigirem investimentos, mais rentáveis politicamente em outra destinação.

POR OUTRO LADO...

As informações do último Censo Agropecuário (1995/96) indicam a presença de 3.918.486 estabelecimentos agrícolas com menos de 50 hectares na agricultura brasileira, 868.846 a menos que o número existente dez anos antes. Embora representem 80,63% do número total dos estabelecimentos, ocupam apenas 12,19% da área total ocupada por eles.

Essas pequenas unidades de produção desempenham papel importante no cenário da agropecuária brasileira. São responsáveis por parcela surpreendente do valor total da produção gerada na agricultura: 38,15% do valor da produção animal e 35,11% do valor da produção vegetal.

Isso, repita-se, em apenas 12,19% da área total dos estabelecimentos agrícolas brasileiros. Grande parte da população rural aí vive e/ou trabalha (71,24% do total da mão-de-obra agrícola). Assim, o desaparecimento das pequenas unidades de produção está estreitamente ligado à migração rural-urbana. E como desaparecem essas pequenas unidades?

MIGRAÇÃO RURAL - URBANA EM RIBEIRÃO PRETO

O Estado de São Paulo é o que apresenta a maior redução absoluta em sua população rural dentre as Unidades da Federação que compõem a Região Sudeste. O período de maior interesse para estudo das transformações na estrutura produtiva e das decorrentes do processo de modernização das atividades agrícolas, bem como da conseqüente migração rural-urbana é o de 1960-80. De acordo com os dados disponíveis, de 1960 a 1970 a população rural de toda a Região Sudeste sofreu um decréscimo de 2.259.530. Desse total, 1.298.271 (57,5%) apenas no Estado de São

Paulo cuja população rural diminuiu de 4.824.720 para 3.526.449. Em 1980 sua população rural reduz-se a 2.845.368, com redução absoluta de 681.081 pessoas, o que corresponde a 34,4% da redução observada na Região Sudeste.

De certa forma, tratando-se do estado mais desenvolvido da Federação, tal situação era de se esperar, porém, à semelhança do que ocorre entre regiões brasileiras, em termos de variações quanto a diminuição da população rural, entre as diversas regiões e municípios do Estado de São Paulo também podem ser encontradas variações do mesmo tipo.

O estudo do caso da Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Ribeirão Preto, permite algumas observações interessantes. Quando do período que interessa a este estudo, era uma das grandes regiões administrativas do estado de São Paulo, constituída por oito sub-regiões (divisões administrativas da Secretaria da Agricultura) abrangendo oitenta municípios. A população da DIRA apresentou variações relativas mais acentuadas para o período 1950/60 do que para o período 1960/70. Pelos dados do Quadro 3 pode-se verificar o

crescimento da população total, muito embora nesses períodos tenham saído da região parcelas de população que migraram para outras regiões do Estado e mesmo para outros estados. De 1970 para 1980 o ritmo de crescimento da população da DIRA tornou-se mais intenso, o que se deve à entrada de cerca de 120.000 migrantes provenientes de outras regiões (SEADE, 1981). Assim explica-se a variação relativa de +28,23% para o período 1970/80. Não fosse a entrada desses 120.000 migrantes e a variação relativa seria +19,66%.

Com relação à população urbana constata-se um variação relativa positiva muito mais acentuada no meio urbano para os três períodos. Ainda aqui é possível verificar-se que as maiores variações ocorrem no período 1950 a 1960, no qual observou-se, por exemplo, um acréscimo de 86,28% na população urbana dos municípios da sub-região de Orlândia.

A população rural não apresentou alteração significativa para o período 1950/60 (variação relativa de +9,17%, com redução percentual). Para o

período de 1960/70 verifica-se a ocorrência de uma diminuição bastante grande em números absolutos. Esta situação verifica-se também para 1980 quando a população rural apresenta-se 29,4% menor que a de 1970.

As variações relativas bem mais elevadas para a população urbana em relação à total, e muito mais elevadas ainda em relação à população rural, significam um crescimento populacional no meio urbano em grande parte devido à migração rural-urbana.

Como uma das conseqüências do acelerado processo de redução da população rural na região, verifica-se também a redução do contingente de mão-de-obra residente nas unidades produtivas. No início da década de 70, 61,4% da mão-de-obra empregada no meio rural era proveniente de pessoas residentes nas unidades produtivas, enquanto que ao final do período reduz-se a apenas 31,8%. Assim, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (relatório não publicado), do total de 204.064 pessoas que trabalharam em atividades agrícolas na

DIRA em 1971, 125.404 residiam nas unidades de produção agrícola enquanto que 78.660 eram de não residentes. Já para 1980, as estimativas indicavam que do total de 261.670 pessoas que trabalharam em atividades agrícolas na região, apenas 83.136 residiam nas unidades de produção enquanto que 178.534 (68,2%) eram não residentes.

A concentração fundiária pode ser avaliada pelos dados do Quadro 4, referentes apenas ao período 1970-1980, que indicam o desaparecimento de 3.671 unidades de produção de menos de 50 ha, com uma área correspondente a 34.501 ha. Por outro lado, o surgimento de apenas 11 unidades de mais de 1000 ha significou um acréscimo de área nesse estrato de 18.729 ha.

Outro aspecto a ser destacado é o do crescimento da área destinada aos chamados produtos para agroindústria e exportação. Assim, estudando-se os municípios da DIRA que integram a Microrregião Homogênea Serra de Jaboticabal (MRHSJ), uma das mais capitalizadas e tecnificadas do Estado, verifica-se que houve aumento da área

Quadro 3 - População Urbana, Rural e Total, DIRA de Ribeirão Preto, SP, 1950/1980

Censos	População Urbana	População N.º	Rural %	População Total
1950	371.975	510.431	57,84	882.406
1960	647.192	557.219	46,26	1.204.411
1970	1.002.373	398.654	28,45	1.400.937
1980	1.514.867	281.481	15,67	1.796.348
Varição Relativa				
50/60 (%)	+ 73,99	+ 9,17	—	+ 36,49
60/70 (%)	+ 54,88	- 28,47	—	+ 16,32
70/80 (%)	+ 51,13	- 29,39	—	+ 28,23

Fonte: IBGE e Secretaria de Economia e Planejamento.

Quadro 4 – Número de Estabelecimentos Agrícolas e Área Ocupada, DIRA de Ribeirão Preto/SP-1950/1980

Grupos de Área (ha)	N.º de Estabelecimentos		Área Ocupada (ha)	
	1970	1980	1970	1980
<10	7.172	4.957	38.214	26.063
10 a <50	13.971	12.514	351.109	328.759
50 a <100	4.656	4.647	332.389	333.037
100 a <1000	5.292	6.409	1.731.921	1.724.104
1000 e +	432	443	938.436	957.165
TOTAL	32.523	28.970	1.392.069	3.369.128

Fonte: IBGE

destinada principalmente à exploração da cana-de-açúcar, da citricultura e da soja, enquanto reduziu-se a área destinada aos demais (de 44,1% a 21,1%), inclusive, evidentemente, os destinados à alimentação.

No Quadro 5 a seguir podem ser observados os dados referentes à cultura da cana-de-açúcar, à citricultura, à cultura da soja, do milho, do arroz, e a outras culturas. Pelos dados desse Quadro, verifica-se que em um período de apenas cinco anos, as culturas da cana-de-açúcar, citrus e soja, que já em 1975 ocupavam a maior parcela (55,9%) da área de lavouras, tiveram expandidas suas áreas de cultivo de tal sorte que em 1980 essas três culturas passaram a ocupar 78,9% do total da área agrícola destinada a lavouras nesses municípios.

Observa-se ainda, para o mesmo período, um crescimento do número de grandes unidades de produção na região, que ocupam a maior parcela da área agrícola disponível. Consideradas as unidades de produção de mais de 100 ha, pelo Quadro 6 a seguir, observa-se a sua evolução também em um período de apenas cinco anos (1975/80).

No Quadro 7 apresentam-se os resultados obtidos em pesquisa de

campo realizada junto a 129 pequenos produtores rurais, proprietários, na MRHSJ, quando responderam questões sobre por quê não atendiam às recomendações técnicas dos profissionais que lhes prestavam assistência.

Dentre os 129 produtores destacam-se os resultados para aqueles que produziam exclusivamente alimentos e os que produziam exclusivamente produtos para agroindústria e exportação. As respostas foram agrupadas em três categorias: A – dificuldade de acesso ao crédito e preço mínimo que não compensa o investimento necessário; B – dificuldade de escoamento da produção e/ou armazenagem; Outras razões.

Percebe-se claramente que os produtores que produzem alimentos apresentam dificuldade muito maior quanto a crédito, preço mínimo, escoamento da produção e armazenagem, em relação aos que produzem para agroindústria e exportação.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO E PARA REFLEXÃO

No caso da Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, região considerada como das mais desenvolvidas do Estado mais desenvolvido da Federação, portanto uma das áreas favorecidas ou de concentração de recursos, verifica-se que seu desenvolvimento vincula-se à agricultura voltada para a agroindústria e a exportação, em que, progressivamente, maiores proporções das terras cultiváveis são exploradas com produtos a elas destinados, favorecendo-se o aumento do número de grandes propriedades e reduzindo-se o número de trabalhadores permanentes e residentes nas unidades de produção, de um lado pelas próprias características dos produtos, e de outro pelo elevado nível de tecnologia empregado em tais culturas. A extensão desse tipo de agricultura às médias e mesmo pequenas unidades de produção (médios e pequenos fornecedores de cana por exemplo) reduz acentuadamente a produção de alimentos e de outros produtos para os quais exige-se grande quantidade de mão-de-obra.

Configura-se assim como determinante da migração rural-urbana, um tipo de produção que requer pouca mão-de-obra ou que a

Quadro 5 - Área Explorada com Culturas na MRHSJ, 1975/80

Culturas	Área (ha)		Área (%)	
	1975	1980	1975	1980
Cana-de-açúcar	38.348	95.164	18,7	33,5
Citrus	62.136	103.970	30,3	36,6
Soja	14.150	24.998	6,9	8,8
Milho	34.452	18.181	16,8	6,4
Arroz	14.765	7.954	7,2	2,8
Outras	41.219	33.804	20,1	11,9
Total	205.070	284.071	100,0	100,0

Fonte: IBGE

Quadro 6 - Área ocupada e distribuição das unidades de produção agrícola de mais de 100 ha na MRHSJ - 1975/80

Estratos de Área (ha)	Nº de Estabelecimentos		Área Ocupada (ha)	
	1975	1980	1975	1980
100 - 1000	830	837	202.189	212.505
> 1000	34	43	70.724	76.506
Total	864	880	272.913	289.011

Fonte: IBGE

Quadro 7 - Razões Apresentadas por Pequenos Produtores da MRHSJ para o Não Atendimento às Recomendações Técnicas

Pequenos Produtores	Razões para o Não Atendimento às Recomendações Técnicas (%)			
	A	B	Outras	Total
Todos	38,76	19,38	41,85	100,00 (129)
Produção de Alimentos	50,77	20,00	29,23	100,00 (65)
Produção para Indústria e Exportação	17,30	8,70	73,91	100,00 (23)

Fonte: Pesquisa

***Como assentar se
“desassentamos” muito
além da capacidade de assentar?***

***E o que será dos assentados
quando expostos às condições
que “desassentam”?***

exige apenas sazonalmente, e que favorece o crescimento das grandes unidades de produção agrícola. Colocam-se assim aos pequenos produtores de alimentos, dispersos em meio às grandes áreas de canaviais ou laranjais e que enfrentam progressivamente maiores dificuldades para sua manutenção na atividade, duas alternativas: sua integração ao modelo agroindustrial e exportador ou o desaparecimento, seja numa primeira fase, pelo arrendamento de suas terras para essas atividades, seja afinal, cedo ou tarde, pela venda de sua propriedade.

Muitos estudos tratam o crescimento do assalariamento rural como característica da modernização da agricultura. A origem da questão, na verdade, tem início com o desaparecimento, ou melhor, com o verdadeiro processo de “desassentamento” de pequenos produtores rurais, que empregam predominante ou exclusivamente mão-

de-obra familiar, como conseqüência das transformações na estrutura produtiva e fundiária. Uma questão interessante: como assentar se “desassentamos” muito além da capacidade de assentar? E o que será dos assentados quando expostos às condições que “desassentam”?

As condições impostas à agricultura brasileira são altamente desfavoráveis ao setor que é tratado não como setor dinâmico da economia mas como setor de abastecimento, setor caudatário.

Ao contrário de países do primeiro mundo que protegem e defendem fortemente sua agricultura, seja porque a consideram como a base de sustentação de suas economias, seja porque têm em alta conta a questão da segurança alimentar (um país que não consegue produzir o alimento necessário para seu povo é um país de joelhos em situação de crise internacional), a agricultura brasileira é uma das que mais paga impostos no

mundo além de enfrentar altas taxas de juros. Além disso, freqüentemente se vê frente à importação de produtos agrícolas que são fortemente subsidiados em seus países de origem e que exclusivamente por isso chegam aqui a preços até inferiores aos nossos custos de produção.

Pois bem, se a situação é desfavorável à agricultura como um todo, os mais atingidos são os pequenos produtores que empregam predominante ou exclusivamente mão-de-obra familiar. Geralmente desorganizados e sem disponibilidade de capital para autofinanciamento, acabam forçados a abandonar a atividade agrícola enquanto produtores, transformando-se em assalariados rurais ou urbanos, quando não engrossando as fileiras dos desempregados.

Assim, há na verdade uma única causa para o “desassentamento”: a ausência do que se possa chamar, verdadeiramente, de política agrícola no País. O que houve e há, foi e é o emprego de instrumentos de política agrícola (preço mínimo, crédito rural, assistência técnica etc.), por vezes de forma apenas emergencial, por vezes de forma contraditória e insuficiente. O que há é o tratamento desigual para atividades agrícolas e urbanas e a relação preços é desfavorável para produtos agrícolas. E o que também há é o tratamento desigual para produtos para agroindústria e exportação e produtos destinados à alimentação, e é claro que a situação é desfavorável para os últimos, o que prejudica particularmente os pequenos produtores aos quais resta, apenas, a organização como única tentativa de sobrevivência. Não só em cooperativas, mas em associações, sempre que possível.

** Manoel Antonio de Almeida Monteiro é do Departamento de Economia Rural, FCAV/UNESP - Jaboticabal, SP.*